

SESSÕES DO PLENÁRIO

53ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de junho de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR
(SEGUNDO- SECRETÁRIO)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Binho Galinha, Bobô, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (47)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 49ª, 50ª, realizadas, respectivamente, em 5 e 10 de junho de 2024; das sessões especiais: 21ª, 22ª e 23ª, realizadas, respectivamente, em 6, 6 e 7 junho de 2024 e do Termo de Abertura do dia 13 de junho de 2024.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o eminente deputado Robinho. V. Ex.^a veio do Extremo Sul da Bahia e está aí com o discurso acalorado para transmitir. V. Ex.^a dispõe do tempo necessário.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde amigos, boa tarde meu presidente Samuel. Na realidade, nós queremos aproveitar a oportunidade para falar de um tema muito importante que preocupa a população brasileira.

A população brasileira, hoje, vê a falta de segurança, a questão do tráfico, a comercialização das drogas, como os piores fatores em nosso país. No primeiro trimestre, fonte do Sinesp, Ministério da Justiça e Segurança Pública, dados de janeiro a abril deste ano apontam que, no Brasil, a violência teve uma queda, isso é um sinal positivo.

No Brasil como um todo teve uma queda de 5%, mas o que o que alavancou essa queda da violência no Brasil foram os estados do Sudeste, da região Sul, da região Centro-Oeste e da região Norte. No Brasil, a única região que teve um crescimento na violência foi a região Nordeste. Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo fizeram com que o Sudeste fosse a região onde a violência caiu mais, sendo que o Rio de Janeiro, hoje, não aparece nem na terceira posição de violência no Brasil.

Quando eu era jovem, eu já sou um coroa maduro, quando se falava em violência, lembrava-se do Rio de Janeiro. Eu me lembro disso, violência é Rio de Janeiro. Hoje, o Rio de Janeiro já não é o vilão da violência em nosso país.

Nós temos os estados mais violentos do Brasil, Bahia, Pernambuco e Ceará são os estados onde há mais mortes, são os estados do Brasil com mais violência. Por que o crescimento, Samuel, da violência no Nordeste? Porque, nos estados do Sudeste, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e nos estados no Centro-Oeste, foram onde os governadores tiveram um combate muito grande com relação à violência.

Eu me lembro das palavras do governador Caiado, ele falou o seguinte: “Ou o bandido muda de profissão, ou muda de estado.” E é o que está acontecendo, Carlinhos. É o que está acontecendo. Os bandidos estão procurando um solo fértil para viver. O governador Caiado, vou repetir, falou o seguinte: “Ou o bandido muda de profissão, ou muda de estado.” E é o que está acontecendo!

De acordo com dados, existem hoje na Bahia mais de 14 facções com influência em presídios baianos. Com isso, o que aconteceu? A migração do bandido. Ele está sendo combatido no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste e está achando o solo fértil aqui na Bahia, aqui no Nordeste. Por exemplo, a *Veja*, uma revista tida como imparcial ou governista, relata que o governador Jerônimo tem um governo acuado pelo crime.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso é uma coisa triste! O nosso governador ser tido como um governador acuado pelo crime. Outro dado muito negativo é o seguinte: a força policial da Bahia é a mais lenta do Brasil. Não são dados do deputado Robinho, são dados da revista *Veja* e do Ministério da Justiça. Segundo o Ministério da Justiça, 14 facções controlam os presídios da Bahia.

A violência na Bahia trouxe um cenário de guerra. O cenário de guerra e a violência na Bahia estão trazendo um prejuízo muito grande para o próprio governador Jerônimo, o Instituto Paraná Pesquisa já dá a impopularidade do governador Jerônimo chegando a mais de 43%. Um dos fundamentos, uma das razões, da impopularidade do governador é a violência e o cenário de guerra que se implanta na Bahia.

Então, governador, por que V. Ex.^a não vai ao estado de São Paulo? Por que, governador, V. Ex.^a não vai ao estado de Goiás e se senta com o governador de lá? Vai a Minas Gerais, senta-se com o governador e toma uma lição de como agir combatendo o crime? Isso vai ser bom para V. Ex.^a, governador, porque, com certeza, a sua popularidade vai ter uma melhora.

Eu tenho o Instituto Paraná Pesquisas como um instituto sério. Ele diz que a sua impopularidade, o seu desgaste político, vem muito atrelado à questão da insegurança que está tomando conta da Bahia.

Eu acabei de falar aqui que a grande preocupação da população hoje, e a população se preocupa muito com isso, é em relação à questão de insegurança, pois a segurança é fundamental na vida da gente. Então, governador, a gente faz essas críticas e, na realidade, o que eu estou falando aqui é o que a gente ouve nos corredores, é o que a gente ouve nos cantos e nos recantos da Bahia.

Eu me reporto aqui a uma revista, que é uma das mais lidas no Brasil, focando a insegurança da Bahia. É um relato triste, mas a gente tem uma representação pública e essa é uma advertência que o deputado pode fazer, um alerta que o deputado pode fazer, para que a gente possa cobrar do governante, do Poder Executivo, atitudes para que a população possa ter uma vida mais tranquila e menos assustada com a insegurança que predomina na Bahia.

Muito obrigado, Samuel. Que Deus possa nos abençoar e ter compaixão do povo, principalmente do povo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Robinho. Lógico, sem querer gerar nenhum tipo de polêmica de lado partidário, a questão da segurança é um tema que nós precisamos discutir amplamente, inclusive eu já fiz discurso aqui sobre isso. Eu acho que tanto os deputados de Governo como os deputados de Oposição precisam buscar um caminho para que a gente possa resolver esse grande problema que nós estamos sofrendo em nosso estado, o problema da segurança pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Raimundinho da JR.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde, nobres colegas. Quero aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, externar a alegria que nós tivemos no final de semana, aquele grande amigo nosso, que esta Casa me deu, o deputado Ricardo, voltou para a sua residência. A cirurgia dele foi muito tranquila. Ele mandou que eu agradecesse a todos os colegas desta Casa pelas orações. A gente sabe que quando as pessoas têm o carinho desta Casa, Deus está do lado dele.

Então, eu quero aqui hoje dizer: “Meu amigo Ricardo, tenha certeza de que o seu projeto não acaba tão cedo. Deus vai permitir que você administre muito ainda e ajude muitas pessoas do estado da Bahia.”

E quero também hoje parabenizar a nossa colega Cláudia, que colhe mais uma flor na primavera hoje.

Quero dizer que é uma satisfação muito grande estar aqui. Quero fazer jus às palavras de Robinho, a gente vê a insegurança em nosso país e precisamos dar um freio, porque não está fácil, não. A gente sabe dos investimentos do governo do estado, com nosso secretário Dr. Marcelo, que está sempre investindo em tecnologia, mas a gente vê que a segurança hoje no país precisa de ter um equilíbrio, porque as facções...

As pessoas que hoje lidam neste país precisam ter um pouquinho a mais de atenção. Vamos buscar gerar mais empregos, mais renda para o nosso povo. Vamos criar uma sistemática na qual a gente possa viver dias melhores, porque a desigualdade está muito grande e a gente precisa combater isso.

Eu quero externar a falta de V. Ex.^a naquela reunião que nós tivemos na cidade de Dias d'Ávila. Foi muito produtiva, mas faltou a sua presença. Eu tenho certeza de que um belo dia o senhor irá lá dar o seu apoio ao seu colega deputado Raimundinho. A cidade de Dias d'Ávila tem um carinho muito grande pela sua pessoa, e o senhor sabe disso.

Então, era só isso que eu tinha aqui para falar hoje.

Uma boa tarde a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Raimundinho, boa notícia do nosso colega Ricardo, sempre estava falando com a esposa dele e, sabendo que ele está de alta agora, ficamos mais alegres.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra a deputada Olívia. V. Ex.^a, deputada Olívia, dispõe de até 5 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone): Como ela é mulher, 10 minutos, tem direito a 10 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho, nesta tarde, a esta tribuna, presidente, para saudar o movimento de mulheres que se manifestam em todo o Brasil contra esse nefasto PL nº 1.904/2024, que teve a sua urgência votada na Câmara dos Deputados. O presidente Arthur Lira teve a coragem de colocar esse projeto em regime de urgência, e foi aprovada a urgência.

É um PL que atenta contra os direitos humanos das mulheres brasileiras, é muito importante chamar a atenção sobre os impactos nefastos que esse PL tem na vida das mulheres. É inacreditável que esse projeto tenha prioridade na pauta do presidente da Câmara dos Deputados, um projeto apresentado por uma bancada que é uma bancada obscurantista, atrasada.

É muito importante dizer que o direito religioso é um direito de todos nós, cada um pode professar a sua fé da maneira que achar melhor, abraçar a religião que quiser. O que não é possível, o que não é aceitável é querer impor normas religiosas, convicções de um determinado grupo religioso, como norma para a vida nacional.

Nós temos uma Constituição, Sr. Presidente, e essa Constituição precisa ser respeitada, esse PL nº 1.904 é um PL que violenta ainda mais mulheres, mulheres e

meninas que já foram violentadas. Para vocês terem uma ideia, somente em 2022, colegas, foram registrados 40.659 casos de estupros de menores de 13 anos no país, e a principal vítima são meninas. Os casos de abusos de vulneráveis... 76% desses abusos são cometidos por parentes, por homens que estão dentro da própria casa daquela criança ou, às vezes, até dentro de um determinado templo religioso.

Portanto, essa é uma pauta muito grave, uma pauta muito séria. A Constituição e o Código Penal, que se baseia na nossa Constituição, estabelecem os três casos em que é possível se realizar a interrupção da gravidez, que são: nos casos de estupro, de fetos anencéfalos e também quando se está em risco a vida das mulheres.

E, segundo esse PL... Observem, companheiras e companheiros, o PL prevê que, se a gravidez de uma menina ou de uma mulher resulta de estupro e há viabilidade fetal, presumida na gestação acima de 22 semanas, não se aplicará a excludente de punibilidade previsto no artigo da determinada lei. Ou seja, as mulheres que forem estupradas, que forem violentadas, crianças, meninas, estupradas por pais, por padrastos, por tios... Muitas vezes – é a maioria dos casos –, são homens que gozam da confiança e têm laços familiares com essas crianças.

Quer dizer, a mulher que sofreu essa violência, a criança que sofreu essa violência, poderão ter uma pena ainda maior do que a pena prevista para os casos de estupro, maior do que a pena do estuprador. Isso é inadmissível! Nós estamos caminhando para a barbárie! A humanidade só tem dois caminhos, ou a civilização ou a barbárie, e usar da fé das pessoas para manipular, em função de interesses outros, do controle dos corpos das mulheres... Para os que querem...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) puxar o Brasil para uma era medieval, isso tem que ser desmascarado, isso não é em nome de Deus, isso não é em nome de Jesus, isso é em nome de interesses de poder, de poder econômico, de poder político. E é triste ver a Câmara dos Deputados ocupada por um grupo tão nefasto como esse. A liberdade precisa ser um bem...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) um bem inerente à democracia.

Portanto, fica aqui a minha palavra de mulher em solidariedade a todas as outras mulheres, sobretudo as pobres, as negras, as faveladas, porque este é um projeto endereçado a essas mulheres mais vulneráveis, principalmente. E é um projeto que requer mais encarceramento. Então, eu faço aqui um apelo a V. Ex.^{as}, homens da lei, que ajudem, que contribuam...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) que elevem também as vozes de vocês contra esse PL terrível, cruel, que penaliza, em pleno século XXI, mulheres como se o Brasil fosse uma teocracia. O Brasil é uma democracia, e nós temos que trabalhar para fortalecer os instrumentos democráticos que garantam o bem-estar de todas as pessoas.

É isso, muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Marcelino Galo. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, nobres deputadas e deputados, queridos e queridas servidoras desta Casa, eu queria iniciar dizendo à deputada Olívia Santana que faço minhas as suas palavras nesse absurdo, nesse projeto que criminaliza crianças. Crianças não são mães, crianças têm de ser cuidadas com as suas mães.

O projeto atribui a ela o crime de homicídio, e o estuprador terá uma pena menor do que aquela criança que foi estuprada, que vai ser criminalizada pelo crime de homicídio. Esse projeto não passará.

Mas aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre uma audiência pública que foi feita no sábado, que durou quase o dia todo, promovida pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual, no Alto e Médio Paraguaçu, um passo inicial para se tratar e discutir a criação de uma unidade de conservação na Chapada, ali, na chamada “Chapadinha”.

É um território que ocupa 13 municípios, o município de Mucugê, o município de Ibicoara, a sua maior parte está dentro do município de Itaetê. É uma das áreas mais ricas... Há um mosaico de vegetação ali no Semiárido, tem Caatinga, tem Cerrado e tem uma boa quantidade de área que ainda é Mata Atlântica. Isso é pouco encontrado no nosso estado.

Lá está uma das áreas mais importantes de recarga do Rio Paraguaçu, e nós que somos soteropolitanos, que vivemos em Salvador, bebemos água cujo abastecimento, 60% dele, vem justamente do Rio Paraguaçu.

Vivemos numa área de precipitação tão grande que temos de beber água justamente do Semiárido, e o Paraguaçu já vem sendo devastado. Naquela área que é nascente do Rio Una, área de importância do ponto de vista cênico, aquela beleza é para ser conservada e vista, é uma delícia para o nosso espírito. É uma área de fauna riquíssima, de primatas não mais vistos em muitas outras áreas deste país porque já foram extintos. Então, é preciso que a gente tenha responsabilidade.

Nessa audiência, também participou a secretaria de Meio Ambiente do estado, que já se comprometeu a viabilizar e iniciar os estudos necessários para a criação de uma unidade de conservação, para definir, justamente, o conceito dessa unidade, qual será e se será de preservação integral ou se será para o desenvolvimento e uso sustentável, porque a gente tem também de levar em consideração a população que já está lá. Essa população também contribuiu, e muito, para a preservação daquele ambiente. Não tem como a gente discutir a preservação do ambiente, sem também discutir a preservação da vida daqueles que ali vivem.

Então, Sr. Presidente, é muito importante que a gente agilize e cobre daquelas instituições responsáveis, mas também que se preserve o que a gente tem de mais bonito e sagrado na natureza, na Chapada Diamantina, que é justamente aquela relíquia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) criando essa unidade de conservação na Chapada, na Chapadinha, na Chapada Diamantina.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, queria dizer ao deputado Marcelino Galo que nós temos total identidade em relação a esse posicionamento. inclusive, esta Casa aprovou justamente um projeto de indicação para a criação dessa unidade de conservação – um projeto de nossa autoria – e que ganhou muita força com o apoio dos mais diversos movimentos sociais. Aliás, foram eles que fundamentaram essa indicação nossa e de lideranças institucionais, como vereadores e prefeitos da região, porque, de fato, será um crime muito violento contra o futuro da Chapada Diamantina, contra a Bahia, inclusive contra Salvador e sua região metropolitana e, obviamente, por se tratar de um crime ambiental, contra o mundo todo.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para marcar, mais uma vez, a necessidade de amanhã nós pautarmos o PLC nº 154/2023, aquele que reestrutura a carreira da Defensoria Pública. Por todo o debate que nós temos feito aqui durante a trajetória desse PL que, surpreendentemente, saiu de pauta depois de tantos acordos, nós não queremos acreditar que vamos fechar o primeiro semestre dos trabalhos desta Casa sem apreciar esse projeto, sem fazer justiça aos defensores e às defensoras e, principalmente, sem fazer justiça à Bahia.

A Bahia é o estado da desigualdade e, portanto, precisa de maneira incontestável de uma defensoria forte que possa atuar nas questões que fazem essa situação de vulnerabilidade de largas parcelas da nossa população, como o faz a nossa Defensoria Pública da Bahia que, infelizmente, apesar de ser uma grande referência para a totalidade das defensorias públicas do Brasil é hoje a vice-lanterninha em remuneração e valorização.

É muito contraditório, Sr. Presidente, não ter a orientação do governador Jerônimo para a aprovação desse projeto nesta Casa se os baianos e as baianas precisam tanto da sua Defensoria Pública.

Então, quero marcar para que os parlamentares saiam daqui – especialmente a liderança do Governo, mas todas as outras que tanto falaram nessa trajetória sobre a importância de aprovar esse PL –, que vão para suas casas e que, no trajeto, se articulem para que se possa trazê-lo à pauta amanhã e garantir essa vitória para toda a Bahia.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar também sobre o PL nº 1904, o chamado PL do estuprador. Eu quero falar de números. A primeira coisa que nós precisamos marcar é que, a cada 30 minutos, nós temos uma criança dando à luz a uma outra criança no Brasil em função de uma violência por estupro. De 30

minutos em 30 minutos, uma criança dá à luz uma outra como resultado de uma ação violenta, uma ação de estupro.

Esse é o Brasil real que essa extrema direita e largas parcelas da política, inclusive o presidente da Câmara dos Deputados, de quem eu vou falar daqui a pouco, fazem questão de negar, a ponto de colocar e aprovar – falo agora de Arthur Lira, de fato – a urgência para votação desse projeto em 24 segundos.

Sr. Presidente, nós não podemos esquecer que, só em 2023, 17 mil crianças tiveram o seu direito de fazer o aborto legal negado, uma conquista que é da década de 40. Essas pessoas querem igualar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) deputada Olívia, como V. Ex.^a se pronunciou aqui, o que incontestavelmente deve ser um aborto legalizado ao crime de estupro, inclusive com a pena de até 20 anos, quando a pena dos estupradores é de apenas 8 anos. Por isso, tem sido chamado de PL do estupro.

Então, essa extrema direita e largas parcelas da política hoje, inclusive o presidente da Câmara Federal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) permanecem exercendo uma espécie de negacionismo em relação a diversos elementos. Nós já falamos da questão ambiental, sobre a situação dos homicídios e, agora, eles demonstram uma total indiferença em relação a esse quadro das crianças.

Só para concluir, Sr. Presidente, é muito importante dizer que o próprio presidente da Câmara dos Deputados, o Sr. Arthur Lira, foi acusado por sua ex-companheira de ser um estuprador. Então, existe possivelmente uma identidade entre a sua trajetória e o espelho dessa política...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) em relação ao conteúdo que se quer aprovar com esse PL que – só para concluir, Sr. Presidente – está sendo enfrentado nas ruas pelas mulheres.

Nós queremos declarar todo o nosso repúdio ao PL, aos deputados que estão defendendo, às deputadas também, infelizmente; e toda nossa admiração às milhares de mulheres que estão indo para as ruas, pois elas são a nossa grande esperança para dizer que criança não é mãe, estuprador não é pai. Por isso, abaixo o PL nº 1904/2024.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): O.k., deputado Hilton.

Eu convido o deputado Rosemberg a assumir a presidência para que eu possa fazer uso da fala.

(O deputado Rosemberg Pinto assume a presidência da Mesa.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto): Com a palavra o deputado Samuel Junior pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, meu caro deputado Rosemberg Pinto, líder do Governo, colegas deputados, é muito bonito ver os meus colegas subirem à tribuna para falar do PL nº 1904/2024.

Em 60 d.C., o imperador Nero tocou fogo em Roma, mandou tocar fogo em Roma para acusar os cristãos, porque haviam narrado um fato bíblico, que era o de Sodoma e Gomorra. Nero, sabendo da história de Sodoma e Gomorra, meu caro Geraldo, manda tocar fogo e atribuiu aos cristãos a culpa de terem tocado fogo em Roma, para que ele pudesse condenar os cristãos, como assim o fez. O que eu vejo é que uma narrativa que aconteceu em 64 é a mesma narrativa dos meus colegas que subiram aqui.

No primeiro ano do governo Lula, em 2002, o senador Humberto, que é do PT, então ministro da Saúde, baixa um decreto dizendo que as mulheres que fossem estupradas, quando chegassem ao posto de saúde, não era para denunciar e não era para dizer o nome do estuprador. Pode ir lá no decreto de 2002.

Ora, quem está tocando fogo no estuprador? Quem está passando a mão na cabeça do estuprador? Lá, em Brasília, existem mais de 70 projetos que condenam o estuprador, que aumenta a pena dele, e por que a gente não pauta, por que a gente não vota? E quando a gente sobe aqui, meu caro deputado Rosemberg, V. Ex.^a que sempre procura ser equilibrado em suas falas, dizendo que o Projeto nº 1.904 é para condenar as crianças... Como assim condenar as crianças, se a própria Constituição diz que as crianças, nesse caso, são inimputáveis.

Então, mesmo aquelas que, caso cometam o aborto baseadas no projeto, que está falando em 22 duas semanas, a lei já está dizendo que elas são inimputáveis. Como é que eu vou subir aqui e dizer, meu caro deputado Hilton, que o projeto é para condenar as crianças? Ora, 22 semanas e meia, a gente já está falando de uma criança com 5 meses e meio de gestação. A gente sabe que, mesmo nascendo de forma prematura, com 5 meses e meio a gente já viu vários casos de crianças que conseguem sobreviver fora do ventre da sua mãe.

Então, é um absurdo a gente estar querendo defender... Lógico, a própria Constituição já prescreve e já diz qual é a motivação para ter o aborto, que são três casos. A pessoa que foi estuprada, eu sei que está sofrendo, é uma dor muito grande, mas por que não abortou antes? Deixar para quase 6 meses de gestação para fazer um aborto! É disso que o PL está querendo tratar. E ainda vai da decisão ao juiz de punir a mãe ou não, mas, sim, punir o agente de saúde.

Mas, de fato, subo hoje à tribuna, já que V. Ex.^a me deu 25 minutos, para falar sobre coincidência. Em dezembro do ano passado, o ministro Dias Toffoli liberou uma multa de mais de R\$ 10 milhões para os irmãos Batista. No mês de maio, os irmãos Batista voltaram àquela mesma cena que nós já vimos, na coincidência, e tiveram uma audiência com o presidente Lula lá no Palácio. No dia 10 deste mês, e o que eu estou dizendo aqui está no *Estadão* e em tantos outros *sites* de notícias, os irmãos Batista, meu caro Geraldo, compraram uma empresa geradora de energia com um déficit milionário lá no estado do Amazonas. Mas a coincidência é que 3 dias depois, exatamente no dia 13 de junho, o presidente da República baixa uma medida

provisória, transferindo a dívida dessa empresa para os consumidores, e mesmo assim ainda está dizendo que está ajudando à população.

Falando em coincidência, eu me lembrei de uma história chamada: “A história de Seu Moreira”. Seu Moreira era já um senhor de idade, mas muito tirado a namorado. E Seu Moreira sempre saía às noites, ia para os bares. Mas um certo dia sua esposa disse ao Seu Moreira que queria sair com ele. Seu Moreira, muito malandro, disse à esposa que iria levá-la para um bar ou uma boate recém-inaugurada. Mas logo quando o Seu Moreira chegou, o manobrista se apresentou a ele e disse o seguinte: “Seu Moreira, bota o carro no mesmo lugar de sempre?”

A mulher perguntou: “Mas você não disse que era a que estava sendo inaugurada?”

Ele disse: “Não, rapaz, é uma coincidência, porque esse mesmo manobrista trabalhava lá na empresa onde eu trabalhava antes de me aposentar e ele sempre sabe onde eu gosto de parar o carro.”

Seu Moreira entra no bar com a sua esposa, mas é logo recebido pelo maître, que lhe perguntou: “Seu Moreira, no mesmo lugar de sempre, de frente para o palco?”

Aí, ela perguntou de novo: “Mas você não disse que não conhecia ninguém aqui? Que era a primeira vez que você estava vindo?”

Ele disse: “Não, mas é coincidência, porque ele sabe que eu já tenho uma idade avançada, não enxergo bem, não escuto bem e preciso ficar de frente para o palco.”

A mulher, que já ficou muito mais desconfiada, sentou-se com ele e logo a banda começou a tocar. Mas aí, Geraldinho, lá para depois da terceira canção, o vocalista, disse o seguinte: “Nós, agora, vamos cantar uma música especial para o nosso cliente Vip, o Seu Moreira.”

A mulher aí tirou a sua conclusão e se levantou da mesa. O segurança segurou a mulher e perguntou: “Seu Moreira, dá o mesmo tratamento que a gente dá a suas outras namoradas?”

Moral da história: era apenas coincidência! Seu Moreira era um homem de bem e queria o bem do Brasil.

Que Deus tenha misericórdia da nossa coincidência que está acontecendo em nosso Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto): Não havendo mais nenhum orador inscrito, e como nós não temos número suficiente, eu declaro encerrada esta sessão, marcando já outra sessão para amanhã, às 14h45min, conforme o regimento desta Casa.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Ivana Bastos, Júnior Muniz, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Maria

del Carmen (justificada), Marquinho Viana, Patrick Lopes, Ricardo Rodrigues (justificada), Roberto Carlos, Robinson Almeida e Zó. (16)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.